

Sexualidad, Salud y Sociedad

REVISTA LATINOAMERICANA

ISSN 1984-6487 / www.sexualidadsaludysociedad.org

N° 20 (aug. 2015)

Editorial	5
<i>Sergio L. Carrara & María G. Lugones</i>	
Artigos	
Trans* necropolitics. Gender Identity Law In Argentina <i>Martín De Mauro</i>	10
Diferentes perspectivas sobre aborto y gestión de la muerte en Brasil: posiciones religiosas y del discurso médico <i>Edlaine de Campos Gomes & Rachel Aisengart Menezes</i>	28
Discursos científicos sobre la sexualidad femenina y la respuesta de las feministas y los varones homosexuales en la década del sesenta en Argentina <i>Catalina Trebisacce</i>	49
Homens gays com deficiência congênita e/ou adquirida, física e/ou sensorial: duplo-fardo social <i>Mônica José Abreu Sousa & Carla Marina Matos Moleiro</i>	72
"Para chegar ao bojador, é preciso ir além da dor": sofrimento no parto e suas potencialidades <i>Rosamaria Carneiro</i>	91
La iniciación sexual entre mujeres de sectores vulnerables en cuatro provincias argentinas <i>Georgina Binstock & Mónica Gogna</i>	113
Resenhas	
BARRIENTOS DELGADO, Jaime. 2015. <i>Violencia homofóbica en América Latina y Chile</i> . 1ª ed. Santiago de Chile: Ediciones y Publicaciones El Buen Aire, 154 p. <i>Amaral Palevi Gómez Arévalo</i>	141
BLÁZQUEZ, Gustavo. 2014. <i>¡Bailaló! Género, raza y erotismo en el Cuarteto Cordobés</i> . 1ª ed. Buenos Aires: Gorla. 240 p. <i>Agustín Liarte Tiloca & Ana Laura Reches</i>	149



Editorial

Este novo número de *Sexualidade, Saúde e Sociedade* oferece a seus leitores artigos que, a partir de múltiplas perspectivas e metodologias, abordam um campo teórico tensionado pela complexa implicação entre os conceitos de biopolítica e de tanatopolítica ou, dito de outro modo, tensionado pela inquietante centralidade da morte (ou do deixar morrer) no âmbito de um dispositivo voltado a potencializar a vida (ao menos, certas vidas). Desse modo, perfazem, quando considerados em conjunto, um movimento analítico que (re)coloca a discussão da sexualidade em um horizonte mais amplo, relativo à gestão de outros processos vitais (nascimento, enfermidade, morte).

Esse campo de reflexão se articula com espaços sociais e políticos nos quais normativas de diferentes origens (religiosas, legais, biomédicas) estabelecem distribuições diferenciais de riscos e vulnerabilidades. Se, nos termos dessas normativas, determinadas vidas e corpos são consagrados como destinatários de ações de promoção e proteção, isto acontece apenas na medida em que outros são deixados às “intempéries”: mulheres adolescentes em face do “risco” de gravidez – e conseqüentemente de abortos inseguros; parturientes expostas ao “risco” de práticas obstétricas abusivas; pessoas que, ao se aproximarem da morte, se veem presas a procedimentos médicos que as mantêm “vivas” a qualquer custo; homossexuais portadores de deficiências em contínuo “risco” de sofrer duplas discriminações; mulheres lésbicas das décadas de 1960 e 1970 colocadas diante do “risco” de uma “revolução sexual” que supunha a heterossexualidade; pessoas trans que, apesar do reconhecimento legal da autodeterminação da identidade de gênero, correm o “risco” de serem representadas nos próprios marcos interpretativos que as vulnerabilizam.

Nos artigos aqui publicados, repercutem algumas das complexidades e das ambigüidades implícitas nesses debates. Elas estão presentes, por exemplo, no caso das ativistas lésbicas de Buenos Aires dos anos 1960 e 70 que não “assumiam” uma militância homossexual, vista como divisionista, por entenderem o feminismo como um projeto crítico que englobava todas as dimensões da vida social. Ou nas posições, cheias de matices, defendidas por algumas igrejas evangélicas brasileiras em relação à legalização do aborto, ou por algumas vozes da hierarquia católica favoráveis à ortotanásia.

Além disso, os textos que compõem este número desenham os contornos de resistências – variadas e variáveis – a distintas vulnerabilizações que parecem ter como fio condutor modalidades de atuação fundadas na politização da dor e do sofrimento. Formas de politização acionadas tanto em prol da mudança de práticas obstétricas quanto nas lutas pela aprovação da lei argentina de identidade de gênero. Isto permite pensar em novas maneiras de ativar um repertório de ação coletiva, expresso geralmente na linguagem dos direitos humanos, que marcou a nossa região a partir das transições democráticas da década de 1980. Tais formas de resistência – que teriam como núcleo duro a procura, a demanda e a exigência de reconhecimento dos direitos daqueles que foram vítimas de violências de distinto tipo – distanciam-se daquelas que, nos anos 1960, afirmavam-se na busca de ampliar as possibilidades de experimentar prazeres não normativos, em lugar de enfatizar os sofrimentos resultantes de sua negação.

As derivações político-sociais que terão na América Latina estes debates em torno da eutanásia, do aborto, da “gravidez adolescente”, do “parto humanizado”, do reconhecimento de variadas identidades de gênero, das sexualidades de portadores de incapacidades são indiscerníveis. Entretanto, os textos que apresentamos neste número expõem potenciais alianças entre atores de campos políticos e religiosos antitéticos, assim como posicionamentos que vão torcendo o entendimento dos direitos humanos que até aqui tem primado, e gerando versões que talvez, inevitavelmente, ao mesmo tempo em que reconheçam novos sujeitos, práticas e subjetividades, produzam novas sujeições.